

ATA DA 069ª SESSÃO ORDINÁRIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2025
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil - Altair Silva - Ana Campagnolo - Antídio Lunelli - Carlos Humberto - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Mário Motta - Marquito - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Pepê Collaço - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sérgio Guimarães - Sergio Motta - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
Deputado Padre Pedro Baldissera
Deputado Marcos da Rosa

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

Breves Comunicações

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Comentou sobre a visita da Ministra dos Direitos Humanos do Governo Lula, que proferiu uma palestra na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para ilustrar a sua fala, o parlamentar exibiu um vídeo com um trecho do discurso da ministra em plenário. Lamenta a fala distorcida da ministra e questiona a competência do atual corpo ministerial.

Em seguida, leu um texto que, segundo ele, continha denúncias de corrupção contra a ministra. Comenta que o melhor local para uma pessoa com esse histórico discursar seria a UFSC, onde, em sua opinião, só se tem visto bobagens sendo discutidas no campus.

Critica a sugestão da ministra de que os moradores de rua deveriam ter um tratamento especial. Argumenta que foi durante o Governo Lula que a incidência de moradores de rua em Santa Catarina dobrou. Por fim, rebate a fala da ministra de que Santa Catarina não preza pelos direitos humanos, afirmando que "violação de direitos humanos é a perda de liberdade de expressão". O parlamentar finalizou questionando a idéia de que manter um morador de rua na atual condição seria mais humano do que encaminhá-lo compulsoriamente para tratamento. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) - Discutiu o uso da inteligência artificial, destacando um dado curioso e preocupante: o uso do ChatGPT nos Estados Unidos despencou durante as férias escolares, indicando que a tecnologia tem sido utilizada mais como atalho para cumprir tarefas do que como apoio ético e pedagógico ao aprendizado. Ressalta que a IA é uma ferramenta poderosa, capaz de ampliar horizontes, acelerar pesquisas e democratizar o acesso à informação, mas que dificuldades de leitura, interpretação e produção de textos são evidentes em todo o mundo, inclusive no Brasil, como mostram os baixos resultados do PISA e a alta taxa de analfabetismo funcional entre jovens de 15 anos.

Apontou que o uso da IA nas escolas brasileiras levanta preocupações sobre a formação integral dos estudantes. Sem orientação adequada, a tecnologia pode gerar dependência e comprometer a autonomia intelectual e o pensamento crítico. Por isso, destaca a necessidade de políticas públicas que capacitem professores, garantam acesso equitativo a dispositivos e internet, definam diretrizes claras de uso, promovam

alfabetização digital, monitorem a aplicação da IA e incentivem conteúdos educativos adaptados à realidade das escolas públicas. Reforçou que a criação dessas políticas deve envolver educadores, gestores, especialistas em tecnologia e a sociedade civil, garantindo a inserção responsável, inclusiva e cidadã da inteligência artificial na educação. *[Taquiografia: Milyane]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Enfatizou que o pedido de afastamento de deputados federais, acatado por Hugo Motta, é visto como ato seletivo e movido por ódio e vingança, comparando-o a um "boneco de ventríloquo". Reiterou que calar parlamentares é calar a voz do povo e citou o caso da Deputada Júlia Zanatta, criticando a atuação do conselho tutelar.

Ponderou que líderes do partido temem prejuízos eleitorais e cobrou que o presidente da Câmara cumpra acordos, como a votação do fim do foro privilegiado e o PL da anistia. Afirmou que a quebra de palavra expõe o Legislativo ao ridículo, somando-se à crise de credibilidade dos três Poderes.

Lamentou que o contribuinte catarinense sustente estruturas que envergonham o país e denuncia a desigualdade na distribuição de recursos da União, em que Santa Catarina envia mais do que recebe. *[Taquiografia: Mirela]*

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Abordou a questão do autismo em Santa Catarina, apresentando números, desafios e o exemplo do modelo adotado no Estado de São Paulo, conclamando a Secretaria de Saúde a aderir a esse movimento.

Apresentou imagens que indicam a existência de 91 mil e 588 pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Estado, o que representa 1,2% da população catarinense. Destaca que o Brasil ocupa a 9ª posição mundial em número de autistas e que, em Santa Catarina, há 143 entidades cadastradas para o atendimento dessas pessoas. Informa que 136 desses serviços estão vinculados à Apae, representando 95,1% do total, além das Amas, que

também prestam auxílio. Contudo, salientou que não existe, no Estado, nenhuma casa especializada e referenciada exclusivamente para o tratamento do autismo.

Registrou que 1.060 famílias em Santa Catarina têm filhos em tratamento e que outras 2.602 famílias aguardam na fila de espera, ou seja, há o dobro de pessoas esperando atendimento em relação às que já estão sendo tratadas.

Ressaltou que o Estado não pode ignorar esses números e que não é admissível que tantas famílias aguardem tratamento.

Sugeriu, por fim, que o governador suspenda a concessão do Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira, atualmente destinado à iniciativa privada, e o transforme em um centro de tratamento para autistas, nos moldes do modelo existente no Estado de São Paulo. *[Taquiografia: Jênifer]*

Partidos Políticos

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, suspende a sessão para a divulgação da 3ª Expo Agro Turismo de Canelinha.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0455/2025, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóveis no Município de Maracajá.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0049/2024, de autoria do Deputado Mário Motta, que dispõe sobre os princípios e diretrizes para o uso da Inteligência Artificial no âmbito da Administração Pública Estadual, e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0173/2025, de autoria do Deputado Marcius Machado, que altera a Lei n° 18.531/2022 que Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado, para instituir o dia 20 de julho com o dia estadual do Xadrez.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0404/2025, de autoria do Comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para alterar a sede da Fundação Médico Social Rural de Rio Fortuna que se encontra positivada no Município de Braço do Norte para o Município de Rio Fortuna.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h10, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]